

Liderança empresarial e industrialização têxtil no Maranhão (1870-1940)^a

Business Leadership and Textile Industrialization in Maranhão, 1870-1940

Luiz Eduardo Simões de Souza^b 

Professor Associado na Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Diogo Guagliardo Neves^c 

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Brasil

Resumo: Este estudo investiga o papel dos líderes empresariais da Associação Comercial do Maranhão (ACM) na promoção da industrialização entre o final do século XIX e meados do século XX. Em um contexto histórico dominado pela economia agrária, especialmente a monocultura do algodão, o Maranhão enfrentava desafios econômicos significativos que a industrialização visava mitigar. O objetivo principal é analisar os perfis dos diretores da ACM e suas estratégias para impulsionar o desenvolvimento econômico regional. A metodologia utilizada inclui análise prosopográfica baseada em fontes primárias como documentos da ACM, atas de reuniões, relatórios econômicos coetâneos e obras relevantes sobre o tema. Os resultados destacam especificidades de composição e formação de lideranças no grupo, bem como algumas características da interação desses líderes com o governo e outras instituições no delineamento dessas estratégias. Este estudo busca, assim, contribuir para a historiografia econômica ao preencher lacunas sobre

Editor responsável: Rafael Galvão de Almeida

^a Submissão: 20/11/2024 | Aprovação: 26/05/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i2.1024

^b luiz.souza@ufma.br | ^c diogualhardoneves@gmail.com

Contribuição individual no desenvolvimento do trabalho: ambos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

o papel específico dos líderes empresariais nas transformações econômicas do Maranhão.

Palavras-chave: Liderança empresarial. Industrialização. Indústria têxtil. Maranhão. Associação Comercial do Maranhão.

Abstract: This study investigates the role of business leaders from the Commercial Association of Maranhão (ACM) in promoting industrialization between the late 19th and mid-20th centuries. In a historical context dominated by agrarian economy, particularly cotton monoculture, Maranhão faced significant economic challenges that industrialization aimed to mitigate. The primary objective is to analyze the profiles of ACM directors and their strategies to drive regional economic development. The methodology includes prosopographical analysis based on primary sources such as ACM documents, meeting minutes, contemporary economic reports, and relevant works on the subject. The findings highlight specific characteristics of leadership composition and formation within the group, as well as aspects of these leaders' interactions with the government and other institutions in shaping these strategies. Thus, this study seeks to contribute to economic historiography by addressing gaps regarding the specific role of business leaders in Maranhão's economic transformations.

Keywords: Business leadership. Industrialization. Textile industry. Maranhão. Commercial Association of Maranhão.

JEL: N16. L6. O14.

Introdução

A economia do Maranhão entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX passou por significativas transformações. O período observou a consolidação de estados nacionais com centralismo liberal para além das fronteiras europeias. No âmbito interno ao jovem Estado nacional brasileiro, surgido nesse meio, os impactos da abolição da escravatura em 1888 e as mudanças no cenário político concernentes à Proclamação da República em 1889 encontraram o Maranhão em meio a uma gama de opções de estratégias de inserção econômica. O estado enfrentava a necessidade de diversificar sua economia, que até então dependia fortemente da agricultura de exportação, especialmente do algodão e da cana-de-açúcar, produtos com preços voláteis no mercado internacional, o que comprometia o nível de renda da economia local com as flutuações dos resultados comerciais.¹

A introdução de novas tecnologias e métodos produtivos foi um aspecto crucial para essa transformação econômica. A substituição da mão de obra escravizada por trabalhadores assalariados trouxe novas dinâmicas ao mercado de trabalho local.² Esse processo foi acelerado pela necessidade de adaptação às novas condições econômicas e sociais impostas pelo fim do sistema escravocrata e pela pressão para modernizar a produção agrícola e industrial. A instalação de fábricas de tecidos, a modernização dos meios de transporte e a implementação de novas técnicas agrícolas foram algumas das iniciativas que caracterizaram esse período.

O período também foi marcado pela consolidação de posições de equilíbrio nas relações internas de poder das elites econômicas locais, que desempenharam papel fundamental na promoção da política econômica do Estado, em consonância com as demais províncias (Salomão, 2016). Estas eram compostas por comerciantes, fazendeiros e industriais que se organizaram em torno da Comissão da Praça do Comércio no Maranhão,

¹ Para tanto, veja-se a *História do comércio do Maranhão*, de Jerônimo Viveiros (1954a; 1954b; 1963).

² No Maranhão, o processo de abolição não resultou imediatamente na integração plena dos ex-escravizados ao mercado de trabalho formal. Muitos enfrentaram discriminação, falta de oportunidades e condições de trabalho precárias. A elite local, composta majoritariamente por antigos fazendeiros, buscou manter o controle sobre a força de trabalho, adaptando-se às novas condições sem, contudo, alterar profundamente as relações de poder estabelecidas. Faria (2012) analisa como a elite maranhense debateu publicamente o destino da antiga mão de obra escravizada após a abolição, evidenciando as tensões e desafios desse período.

em 1854 (Viveiros, 1954b). Esse grupamento ganharia novo fôlego como a Associação Comercial do Maranhão (ACM), em 1879 (Viveiros, 1954a), tornando-se um importante espaço de articulação e representação dos interesses econômicos dessas elites, promovendo políticas que visavam à modernização da economia local, ao representar os interesses dos empresários locais, e verbalizar suas demandas junto ao debate público.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar um panorama analítico dos perfis dos líderes empresariais da Associação Comercial do Maranhão (ACM) e investigar suas contribuições para a industrialização e o crescimento econômico do estado entre 1870 e 1940. Ao focar nas origens sociais, formação acadêmica e trajetórias profissionais dos diretores da ACM, pretendemos compreender como esses fatores influenciaram suas capacidades de liderança e suas estratégias de inserção do grupo na governança, em especial no tocante às políticas econômicas. Este estudo busca examinar como esses líderes empresariais mobilizaram recursos, formaram redes de influência, propuseram e exerceram ações políticas que foram determinantes para a transformação econômica do Maranhão.

Para investigar os perfis dos líderes empresariais da Associação Comercial do Maranhão (ACM) e suas contribuições para a industrialização do estado no período, este estudo utiliza uma abordagem metodológica centrada na prosopografia e na análise documental.

A prosopografia, enquanto metodologia de pesquisa histórica, visa analisar coletivamente biografias de um grupo social específico, identificando padrões recorrentes e relações entre os indivíduos estudados. Trata-se de um método que possibilita reconstruir trajetórias individuais em seu contexto social, econômico e político mais amplo, permitindo compreender a dinâmica das elites e suas formas de organização.

Conforme delineado por Lawrence Stone (1971), a prosopografia é particularmente útil para investigar grupos que atuam no cenário político e econômico, pois permite revelar conexões invisíveis em análises individuais. Stone enfatiza a importância da definição clara das variáveis analisadas, como origem social, formação acadêmica, ocupação, redes de relacionamento e trajetória profissional, a fim de compreender como essas características influenciam a atuação dos indivíduos em estruturas institucionais. François Furet e Jacques Revel (1988) expandem essa abordagem ao destacar a prosopografia como um meio de reconstruir coleti-

vamente a ação de sujeitos históricos dentro de um quadro estrutural, possibilitando uma análise aprofundada da interseção entre biografia e história social.³

A pesquisa adota essa abordagem para examinar os perfis dos líderes da Associação Comercial do Maranhão (ACM) entre 1878 e 1940, utilizando fontes primárias, como a *Revista da ACM*, documentos da Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA) e registros de periódicos da época, além de fontes secundárias especializadas sobre a industrialização e as elites econômicas no Brasil⁴.

É importante ressaltar que este estudo não consiste em mera descrição das biografias dos líderes empresariais, mas busca indícios de materialidade das dinâmicas de poder e os interesses que moldaram suas ações. Há uma interação entre os setores que defendiam a industrialização e aqueles que preferiam manter o foco na economia primária. O entendimento dessa interação se dá a partir do cenário no qual se estabeleceram as tensões e negociações ocorridas dentro da ACM.

O artigo está estruturado em quatro seções. Após esta introdução, a seção dois repassa alguns pontos da historiografia econômica do Maranhão sobre o período 1870-1940, com foco nas origens e desenvolvimento da indústria têxtil. A seção três apresenta a análise dos perfis dos diretores da ACM, buscando caracterizar o grupo de lideranças empresariais quanto à sua origem, formação e visões sobre as estratégias de desenvolvimento para o estado e o papel da indústria têxtil. Uma conclusão resume e comenta os principais achados, propondo alguns pontos para pautar um debate sobre suas implicações para a historiografia econômica.

³ No Brasil, essa abordagem tem sido empregada em diversos campos, como na história da educação, conforme discutido por Bruno Bontempi Júnior (2019), que destaca sua aplicação no estudo de intelectuais e suas redes de sociabilidade. Além disso, Silva e Jefferson Carmo (2020) demonstram o uso da prosopografia na análise de educadores maçons em São Paulo entre 1912 e 1932. Esses estudos reforçam a importância da prosopografia na compreensão das dinâmicas sociais e profissionais no contexto brasileiro, e seu emprego extensivo na atualidade.

⁴ Disponíveis nos seguintes arquivos: Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA); Associação Comercial do Maranhão (ACM); Arquivo do Estado do Maranhão e Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

1. Origens da indústria têxtil no Maranhão: apontamentos para a historiografia econômica

A indústria têxtil no Maranhão entre os séculos XIX e XX apresentou uma estrutura marcada pela presença de várias fábricas distribuídas principalmente nas cidades de São Luís, Caxias e Codó. Esse contingente apresentava porte, capacidade instalada e volume produtivo variáveis, com os denominadores comuns de gestão familiar e orientação do mercado têxtil para consumo local e regional.

Dois fatores parecem ter sido importantes para o crescimento do setor nas últimas décadas do século XIX. Um primeiro foi o choque externo causado pela Guerra de Secessão dos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, o que prejudicou sobremaneira as exportações de algodão do sul estadunidense, gerando uma vantagem competitiva para a produção algodoeira no Maranhão.⁵ Outro fator parece residir em uma estratégia de diversificação de carteira dos plantadores e exportadores de algodão no sentido de abastecer o mercado interno.

A estrutura da indústria têxtil maranhense foi marcada por uma diversidade de fábricas, desde pequenas unidades familiares até grandes empresas, que atendiam tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo. Em comparação com outros lugares do Brasil, em que ocorriam surtos industriais, é possível encontrar pontos de analogia, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, no mesmo período (Barbosa, 2012; Souza, 2005; Versiani; Versiani, 1975). Há dois elementos característicos para o Maranhão: localização e abundância de matéria-prima. Contudo, a distância da atividade dinâmica desenvolvida no país em meados do século XIX – o café – e dificuldades ligadas à formação do complexo econômico nordestino (Furtado, 2009) não deram aos fatores de localização e matéria-prima as vantagens competitivas que poderiam conduzir o Maranhão a um protagonismo no setor da indústria têxtil.

O desenvolvimento da indústria têxtil no Maranhão entre 1880⁶ e 1945 pode ser dividido em três fases distintas (Carreiro, 2023): Implementação (1880-1890); Expansão (1890-1920) e Crise e retração (1920-1945).

⁵ Argumento reconhecido na historiografia canônica (Prado Júnior, 1994; Furtado, 2009; Simonsen, 2005) e por autores maranhenses, como o próprio Jerônimo Viveiros (1954a; 1954b; 1963).

⁶ O primeiro registro de fábrica têxtil data de 1883 (ver Tabela 1).

Durante sua fase de implementação, a indústria têxtil maranhense estava em estágio embrionário, com a fundação das primeiras fábricas. As primeiras empresas foram estabelecidas em São Luís, Caxias e Codó, sendo predominantemente de caráter familiar (Viveiros, 1954a). Essas fábricas enfrentaram desafios iniciais, como a obtenção de capital e a importação de equipamentos e abastecimento de matérias-primas. O estímulo pela retração na oferta de algodão e tecidos causada pela Guerra de Secessão estadunidense (1861-1865) aumentou a rentabilidade da atividade algodoeira e fabril, fornecendo ao mesmo tempo o estímulo para a produção industrial e o capital a ser invertido, para além das atividades comerciais (Caldeira, 1989). Ao mesmo tempo, o processo gradual de cessamento do trabalho escravo (Prado Júnior, 1994), ainda que considerado muito lento pela hipoteticamente primeira interessada no estabelecimento da atividade no Brasil, a Inglaterra, gerava o potencial para a entrada de uma força de trabalho capaz de suprir a demanda por mão de obra de uma atividade fabril.

Com o desenvolvimento de tecnologias de uso de energia e propulsão características do desenvolvimento da Revolução Industrial em meados do século XIX (Hobsbawm, 2005), as máquinas utilizadas até então pelas indústrias têxteis (predominantemente localizadas na Inglaterra e no norte dos Estados Unidos) tiveram seu custo de aquisição reduzido, encontrando nas iniciativas de empreendimentos têxteis no Maranhão compradores interessados em produzir, sobretudo para o abastecimento do mercado interno. É bastante plausível supor que as vantagens tarifárias da Inglaterra no comércio com o Brasil, vindas desde os acordos de 1810 (Simonsen, 2005), e a proximidade portuária tenham estimulado os comerciantes maranhenses a adquirirem teares. Iniciou-se, dessa forma, a produção de tecidos de algodão, principalmente para atender à demanda regional.

Durante a fase de expansão (1890-1920), a indústria têxtil maranhense beneficiou-se da reforma bancária e financeira de 1890-1892, que abriu espaços para a criação de sociedades anônimas e limitadas, favorecendo a captação de investimentos e a abertura de empresas (Dourado; Boclin, 2008; Melo, 1990). A abolição da escravatura, em 1888, aumentou a oferta de mão de obra para o operariado fabril, permitindo não apenas a manutenção, mas a ampliação da atividade, caracteristicamente

destinada ao mercado nordestino, que competia regionalmente com indústrias no Ceará e em Pernambuco.

É notável que a maioria das fábricas teve sua fundação entre os anos de 1890 e 1894, indicando um período de crescimento acelerado nesse setor. As localizações mais comuns eram São Luís, com diferentes bairros como Apicum, Anil, Camboa do Mato e diversas ruas (Carreiro, 2023, p. 55), e Caxias, lugar do que aparentemente foi a primeira indústria têxtil maranhense, a Companhia Industrial Caxiense, fundada em 1883 (Neves, 2010).

Tabela 1 – Indústrias têxteis fundadas até 1894 no Maranhão

Nome	Abertura	Fim
Companhia Industrial Caxiense	1883	1903
Fiação e Tecelagem Maranhense	1887	n/d
Fiação e Tecelagem Caxiense	1888	n/d
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	1889	1950
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	1890	1966
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	1890	1970
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	1891	1969
Fábrica Sanharó	1891	n/d
Companhia Progresso Maranhense	1892	n/d
Companhia Manufatora Caxiense	1892	n/d
Companhia Manufatureira e Agrícola	1893	n/d
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	1893	1971
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	1893	n/d
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	1893	n/d
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	1894	1969
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	1894	1960
Companhia Industrial Maranhense	1894	n/d

Fontes: JUCEMA, complementado por Viveiros (1954b), Suzigan (2000) e IBGE (1987), de acordo com Carreiro (2023).

A gestão familiar era uma característica comum nas fábricas têxteis maranhenses, com a propriedade e a administração passando de geração em geração. Esse modelo de gestão pode ter influenciado a forma como

as empresas foram estruturadas, com ênfase na tradição e na continuidade das atividades. Algumas fábricas tiveram seu fechamento registrado ao longo dos anos, indicando a instabilidade enfrentada pelo setor têxtil da região. Ao analisar a duração média das empresas têxteis no Maranhão, que é relatada como de 70 anos, considerando o caráter familiar da gestão dessas empresas e as características do complexo econômico nordestino, podemos formular algumas hipóteses.

Oscilações nas políticas governamentais, mudanças nas condições do mercado e crises econômicas podem ter contribuído para a duração relativamente curta⁷ das empresas têxteis. A isso se soma a concentração regional. O Nordeste brasileiro, historicamente, foi marcado por um padrão de concentração de atividades econômicas em poucas regiões, como é o caso de São Luís e Caxias no Maranhão.⁸ Essa concentração pode ter gerado uma espécie de “monopólio regional” para as empresas têxteis, garantindo sua sobrevivência e duração por um período mais longo. Nesse sentido, deve-se também considerar as características próprias do setor têxtil. Este é altamente competitivo, e a presença de várias empresas no Maranhão pode ter levado a uma concorrência acirrada.

O caráter familiar da gestão pode ter limitado a capacidade das empresas em se adaptar às mudanças do mercado, inovar e enfrentar a concorrência, levando eventualmente ao declínio e ao fechamento das fábricas. No contexto do complexo econômico nordestino, em que muitas atividades produtivas eram conduzidas por famílias, as empresas têxteis podem ter se beneficiado da continuidade geracional e da transmissão de conhecimentos e experiências entre os membros da família. Empresas familiares também enfrentam desafios particulares, como questões de sucessão, falta de profissionalização na gestão e conflitos internos. Esses fatores podem ter contribuído para a duração limitada das empresas têxteis no Maranhão, já que a gestão familiar pode ter enfrentado dificulda-

⁷ A duração de indústrias, em particular de empresas têxteis, pode ser qualificada em termos dos ciclos econômicos e suas proposições teóricas. A longevidade de uma empresa ou ramo produtivo depende basicamente de suas características. No caso das indústrias têxteis, elas se alinham às chamadas ondas completas de Kondratiev – de 100 anos –, em alguns casos superando-as (Hobsbawm, 1994). No caso peculiar das indústrias em regiões periféricas, seu caráter predominantemente familiar atrela sua duração à própria genealogia, o que coloca o intervalo de 70 anos como de aproximadamente três gerações. Sobre isso, ver a obra de J. A. Schumpeter, *Business Cycles* (1933).

⁸ Na Tabela 1, há empresas de Caxias (nominadas) e de São Luís (as demais).

des para lidar com essas questões, resultando no encerramento das operações.

Empresas familiares possuem características próprias de captação de recursos para investimentos, muitas vezes mais vinculadas a aspectos da conjuntura econômica, como expansão de instrumentos de crédito, ou choques externos do que a estratégias de aporte e formação de estoques de capital para a resiliência no longo prazo, como investimentos em tecnologia, logística e inovação, por exemplo. Tais características podem ter dificultado a modernização das fábricas e a expansão dos negócios, resultando em menor competitividade e, eventualmente, em um declínio na longevidade das empresas.

De toda forma, os investimentos consideráveis em capital e as grandes áreas ocupadas pelas fábricas indicam uma intenção de crescimento e modernização da indústria têxtil. Os dados sobre capital investido e área ocupada pelas fábricas revelam a magnitude desses empreendimentos. Algumas fábricas, como a Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel), atingiram valores consideráveis de capital, chegando a 1.700 contos de réis. A área ocupada também variou significativamente, com valores que iam de 111 m² até 10.094 m², refletindo a diversidade de portes das fábricas.

Tabela 2 – Maranhão, indústrias têxteis em 1895, área ocupada e capital investido

Nome	Capital (contos de réis)	Área (m ²)
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	1700	6993
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	1600	10094
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	1200	9925
Companhia Industrial Caxiense	111	n/d
Companhia Manufatureira e Agrícola	1000	7980
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	900	n/d
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	850	n/d
Companhia Progresso Maranhense	700	n/d
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	600	3025

(continua)

Tabela 2 – Maranhão, indústrias têxteis em 1895, área ocupada e capital investido

Nome	Capital (contos de réis)	Área (m ²)
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	320	1755
Companhia Industrial Maranhense	250	1242
Fábrica Sanharó	150	n/d
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	n/d	n/d
Companhia Manufatora Caxiense	322	n/d
Fiação e Tecelagem Maranhense	n/d	n/d
Fiação e Tecelagem Caxiense	n/d	n/d
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	1700	n/d

Fontes: JUCEMA, complementado por Viveiros (1954b), Suzigan (2000) e IBGE (1987), de acordo com Carreiro (2023).

A capacidade de produção anual das fábricas maranhenses reflete a importância desse setor para a economia local (Tabela 3). Com capacidades que variavam de algumas dezenas de milhares de metros de tecido até alguns milhões, essas fábricas demonstravam uma capacidade produtiva significativa para atender às necessidades da população e, possivelmente, do mercado regional.

Os resultados de porte industrial nas fábricas têxteis do Maranhão, como a capacidade de produção e diversidade de produtos, podem ser atribuídos aos resultados das políticas monetárias adotadas na virada dos séculos XIX e XX pelos governos imperial e republicano. Durante esse período, o influxo de capital e as oportunidades de investimento impulsionaram o crescimento dessas indústrias, permitindo expansão e modernização. Tais políticas proporcionaram o ambiente propício para o desenvolvimento de atividades industriais que atendessem às demandas locais com potencial de exportação para outras regiões.

Em relação à capacidade de produção anual, a maioria das fábricas ficava entre 0,1 e 3 milhões de metros. Esses números fornecem indícios do potencial produtivo da indústria têxtil maranhense na época, com a capacidade de atender às demandas locais e, possivelmente, exportar para outras regiões. Essa discrepância pode ser atribuída a diferenças no tamanho, recursos e níveis de investimento das fábricas. Em média, na década

de 1890, as fábricas têxteis de São Luís possuíam uma capacidade produtiva de aproximadamente 875 mil metros de tecidos por ano, empregando cerca de 209 trabalhadores e pagando um salário mínimo diário de 800 réis (Viveiros, 1954; Carreiro, 2023). Esses números fornecem uma visão geral das condições e da escala da indústria têxtil maranhense da época.

Os valores de venda por metro de tecido denotam a diversidade de produtos têxteis fabricados no Maranhão. Com uma ampla faixa de preços, variando entre 0,1 conto de réis e 3 contos de réis, é possível inferir que as fábricas atendiam a diferentes segmentos do mercado. Esse espectro de preços sugere que as fábricas produziam desde tecidos mais simples e acessíveis até produtos de maior valor agregado e qualidade superior.

A variação nos preços indica uma estratégia de mercado diversificada, na qual as fábricas buscavam atender tanto consumidores com menor poder aquisitivo quanto aqueles dispostos a pagar mais por produtos de maior qualidade. Essa abordagem permitia às fábricas maximizarem sua presença no mercado, adaptando-se às diversas demandas e necessidades dos consumidores. A diversidade de produtos também reflete a capacidade de inovação e adaptação das fábricas têxteis, que podiam oferecer uma ampla gama de tecidos para diferentes finalidades e preferências, consolidando sua relevância e competitividade no mercado regional e possivelmente até nacional.

Tabela 3 – Maranhão, indústrias têxteis em 1895, capacidade produtiva e preço de venda dos tecidos

Nome	Capacidade Prod. Ano (milhões de metros de tecido)	Preço da venda (réis por metro)
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	3	320
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	1,1	454
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	1,8	460
Companhia Industrial Caxiense	n/d	300
Companhia Manufatureira e Agrícola	0,75	340
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	1,4	280
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	1	300

(continua)

Tabela 3 – Maranhão, indústrias têxteis em 1895, capacidade produtiva e preço de venda dos tecidos

Nome	Capacidade Prod. Ano (milhões de metros de tecido)	Preço da venda (réis por metro)
Companhia Progresso Maranhense	0,685	280
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	0,132	300
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	0,32	350
Companhia Industrial Maranhense	0,12	300
Fábrica Sanharó	3	300
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	0,1	300
Companhia Manufatora Caxiense	1	340
Fiação e Tecelagem Maranhense	0,8	320
Fiação e Tecelagem Caxiense	0,75	320
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	0,7	340

Fontes: JUCEMA, complementado por ViveiroS (1954b), Suzigan (2000) e IBGE (1987), de acordo com Carreiro (2023).

A variação no número de empregados e nos salários também reflete a diversidade das fábricas têxteis no Maranhão. Algumas empresas contavam com um número significativo de funcionários, enquanto outras operavam em menor escala. Essa discrepância estava provavelmente relacionada ao porte da fábrica e à sua capacidade produtiva, influenciando diretamente a quantidade de mão de obra necessária. Além disso, o valor do menor salário por dia de dez horas trabalhadas oscilava entre 200 e 2.000 réis, o que evidencia possíveis discrepâncias nas condições de trabalho e remuneração entre as fábricas.

Essa variação salarial pode estar atrelada a vários fatores, incluindo a capacidade econômica das fábricas, a demanda por habilidades específicas e as condições do mercado de trabalho na época. Fábricas maiores e mais produtivas podiam oferecer salários mais elevados para atrair e reter trabalhadores qualificados, enquanto fábricas menores talvez não tivessem os recursos necessários para competir nesse aspecto. As condições econômicas gerais do Maranhão, bem como a disponibilidade de mão de obra qualificada, também poderiam influenciar essas variações salariais, refle-

tindo as dinâmicas complexas do setor têxtil regional. Evidentemente, não se descarta a perpetuação de práticas escravagistas nas relações trabalhistas,⁹ o que, de toda forma, ainda é objeto de maior escrutínio.

Tabela 4 – Maranhão, indústrias têxteis em 1895, mão de obra empregada e salário

Nome	Empregados	Menor salário (dia de 10 horas, em réis)
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	600	600
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	209	500
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	400	n/d
Companhia Industrial Caxiense	250	n/d
Companhia Manufatureira e Agrícola	250	320
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	220	2000
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	350	n/d
Companhia Progresso Maranhense	150	600
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	50	2000
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	55	1600
Companhia Industrial Maranhense	50	1400
Fábrica Sanharó	60	600
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	30	1000
Companhia Manufatora Caxiense	300	500
Fiação e Tecelagem Maranhense	250	400
Fiação e Tecelagem Caxiense	250	500
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	150	600

Fontes: JUCEMA, complementado por Viveiros (1954b), Suzigan (2000) e IBGE (1987), de acordo com Carreiro (2023).

A quantidade de teares é um indicativo relevante da capacidade produtiva efetiva das indústrias têxteis maranhenses na época. Também há grande variação nesse quesito, indo desde 20 até 420 teares contabili-

⁹ O que se apresenta em Carreiro (2023).

zados entre os estabelecimentos. A observação modal e média é de 150 teares por fábrica.

A relação entre empregados e teares fornece uma indicação da eficiência e produtividade das fábricas. Observa-se que a maioria das fábricas tinha uma relação empregado/tear em torno de 1,5 a 1,7, o que sugere uma distribuição equilibrada de mão de obra em relação à capacidade de produção. No entanto, algumas fábricas apresentam relações mais altas, indicando uma menor eficiência na utilização dos teares ou uma maior demanda por trabalhadores em relação à capacidade instalada.

Tabela 5 – Maranhão, indústrias têxteis em 1895, número de teares e relação empregado/tear

Nome	Teares	Relação empregado/tear
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	420	1,43
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	172	1,22
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	300	1,33
Companhia Industrial Caxiense	130	1,92
Companhia Manufatureira e Agrícola	150	1,67
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	105	2,10
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	220	1,59
Companhia Progresso Maranhense	150	1,00
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	22	2,27
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	55	1,00
Companhia Industrial Maranhense	22	2,27
Fábrica Sanharó	20	3,00
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	20	1,50
Companhia Manufatora Caxiense	200	1,50
Fiação e Tecelagem Maranhense	150	1,67
Fiação e Tecelagem Caxiense	150	1,67
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	100	1,50

Fontes: JUCEMA, complementado por Viveiros (1954b), Suzigan (2000) e IBGE (1987), de acordo com Carreiro (2023).

Novas fábricas foram fundadas, principalmente em São Luís, impulsionadas por investimentos e incentivos governamentais (Caldeira, 1989). As empresas buscaram modernizar suas estruturas e equipamentos, retirando um pouco do atraso tecnológico estabelecido desde sua origem e diversificando a produção. A demanda por tecidos aumentou tanto no mercado regional quanto no mercado nacional, impulsionada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento de outras indústrias, além da restrição da concorrência com as importações dada pelo choque externo da Primeira Guerra (1914-1918). Não é possível afirmar que este seja um caso de “substituição de importações” (Tavares, 1975) no sentido estrito, mas é inegável o papel do impacto no mercado interno da restrição da oferta externa em função do conflito de 1914 (Suzigan, 2000).

A partir da década de 1920, a indústria têxtil maranhense enfrentou uma série de desafios que levaram a uma fase de crise e retração. Um conjunto de crises externas afetaria drasticamente a economia brasileira e maranhense. A Crise de 1929 causaria impactos estruturais irreversíveis na estratégia econômica até então adotada pelo Brasil, qual seja a de exportador de matérias-primas e produtos primários, praticamente forçando-o, de maneira ainda mais intensiva a partir da Segunda Guerra (1939-1945), a desenvolver certo dinamismo em seu mercado interno. Nesse sentido, o governo brasileiro, a partir de 1930, sob novo regime político, teria papel preponderante na criação de indústria de base e investimentos destinados à criação e desenvolvimento de diversos setores industriais, por meio de políticas altamente diversificadas.

O que, à primeira vista, poderia ser tomado como um estímulo ao desenvolvimento do setor têxtil da indústria maranhense, observa várias glosas. A concorrência de outras regiões produtoras, como o Sudeste do Brasil, mudanças das relações comerciais no ambiente econômico nacional, a redução de custos de transportes e transformações estruturais na economia brasileira, observadas sobretudo a partir da década de 1930 (Barbosa, 2006), evidenciaram a falta de competitividade das fábricas maranhenses, que terminaram por revelar uma certa rigidez na adaptação a novas situações de mercado. A instabilidade econômica e política do período, a falta de modernização tecnológica e a escassez de matérias-primas agravaram a situação das fábricas, que terminaram por perder mercado para a concorrência regional.

Como resultado, muitas fábricas tiveram que encerrar suas operações ou reduzir significativamente sua produção. Já a partir da década de 1940, os efeitos da industrialização substitutiva já se faziam sentir na competitividade da indústria têxtil maranhense, que perdia amplo espaço para a concorrência cearense, pernambucana e paulista, que aproveitavam melhor as vantagens competitivas trazidas pelas políticas governamentais ao ambiente econômico. O padrão apontado para o desenvolvimento industrial observado no Brasil, sobretudo no Sudeste pelo chamado processo de substituição de importações no pós-guerra (Suzigan, 2000), veria o descolamento da indústria têxtil maranhense em seu desenvolvimento ulterior.

2. A Associação Comercial do Maranhão (ACM) e suas lideranças

A Associação Comercial do Maranhão estabeleceu-se nos primeiros meses de 1878,¹⁰ a partir do espólio institucional simbólico da Comissão da Praça do Comércio no Maranhão, esta fundada em 1854 por empresários como Martinus Hoyer.¹¹ Ao se levantar a população total de biografias referentes às lideranças da ACM entre os anos de 1880, pouco após sua refundação, e 1940, é possível chegar a um contingente de 149 unidades.¹² A consulta, feita basicamente nos números da *Revista da Associação Comercial do Maranhão*, informa algumas das características dessas lideranças.

A princípio, não haveria um comportamento peculiar ou diferenciado na composição da ACM em relação aos demais tipos de organizações

¹⁰ Segundo a *História do Comércio do Maranhão*, de Jerônimo Viveiros (1954a), a ACM foi fundada entre 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 1878. A composição era: José Moreira de Sousa (presidente), José Joaquim Pereira dos Santos (vice-presidente), José Antônio Asper do Rêgo (primeiro secretário), José da Cunha Santos Júnior (segundo secretário), João Tavares da Silva, Franklin Jansen Serra Lima, Joaquim Coelho Fragoso, José Pedro Ribeiro (vogais), Laurindo Alves de Oliveira, José Manuel Vinhais, Bento José Esteves Dias (conselheiros fiscais).

¹¹ Pedro Martinus Hoedberg Hoyer (1825-1881), dinamarquês chegado ao Brasil em 1829, foi um comerciante, empreendedor e intelectual de atuação destacada no cenário econômico do Maranhão da segunda metade do século XIX. Escreveu, entre outros: *Estudos sobre as instituições de crédito real* (1875) e *Estudos de economia política* (1877). Atribui-se a Hoyer a concepção do “sistema de engenho central”, no Maranhão, pelo qual os engenhos compravam a cana e a processavam sem produzir a matéria-prima (Neves, 2010), o que teria muita influência em outras atividades na província.

¹² Segundo Viveiros (1954a), entre 1878 e 1954, a Associação teve 77 diretorias, com 77 presidentes, dos quais 11 foram reeleitos.

que surgiam, mesmo no Império.¹³ A descrição apresentada pode se aplicar a vários lugares e no Brasil oitocentista:

Em tal contexto, nos círculos da elite econômica local, se apresenta a formação de espaços de luta entre agentes possuidores de origens sociais diferenciadas e que se estabelecem a partir de uma progressiva polarização.

De um lado, a elite econômica e política, de caráter pouco diversificado, e que se afirma nas posições de poder que se constituíram desde o final do século dezoito, até meados do seguinte, componentes de uma ordem dita “tradicional”. Ela seria lastreada na grande propriedade rural escravocrata, formação educacional pretensamente culta, obtenção e transmissão de títulos nobiliárquicos e honoríficos.

Do outro lado, são opostos por grupos que estariam fundamentados no comércio importador e exportador, na indústria têxtil e na defesa de um discurso particular onde, a rigor, os agentes teriam uma suposta origem humilde, cultural e financeira. (Neves, 2010, p. 21)

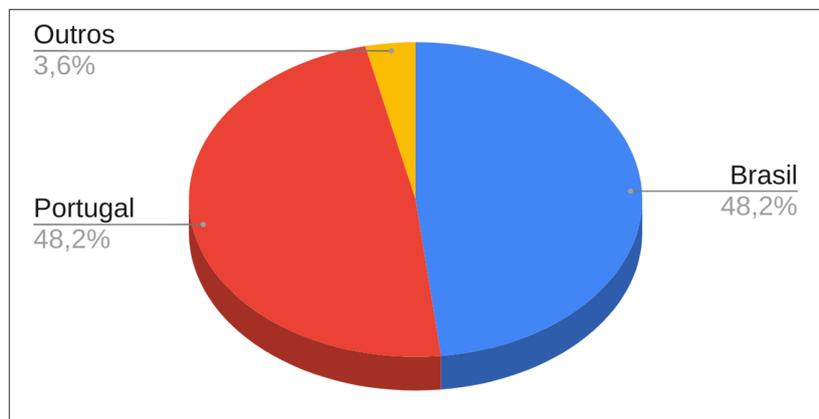
A caracterização local da elite empresarial maranhense dar-se-ia, então, a partir de outros aspectos. Um primeiro a ser arrolado se dá na estreita relação entre o capital comercial, industrial e financeiro, a qual se reflete na composição de seus membros. Há uma indistinção entre comerciantes, industriais e banqueiros, denominados comumente como proprietários ou “empresários”, tanto em seus ofícios quanto em suas origens declaradas, em sua grande maioria. Vislumbra-se uma formação de lideranças empresariais baseadas em relações familiares e de grupo social, o que reforça para além das competências práticas ou cognitivas, como conhecimento técnico ou acadêmico, as habilidades sociais. Não à

¹³ A opção por não identificar nominalmente os empresários neste estudo visa enfatizar as características coletivas do grupo, conforme a metodologia prosopográfica adotada. Essa abordagem permite compreender padrões e tendências comuns entre os membros da Associação Comercial do Maranhão (ACM), destacando aspectos estruturais e funcionais da instituição. Ao focar no grupo como um todo, evita-se que a análise seja influenciada por particularidades individuais, permitindo uma visão mais objetiva das interações e dinâmicas internas. Reconhece-se que essa escolha pode limitar a análise detalhada das interações individuais entre os líderes da ACM e o governo. Futuras pesquisas que identifiquem esses empresários poderão aprofundar a compreensão das redes de influência e das relações institucionais no período.

toa, predominam no rol de lideranças os sobrenomes “Filho”, “Neto” ou “Júnior”, refletindo a estratégia familiar de ascensão social.

Materialmente, o levantamento prosopográfico a partir da consulta da *Revista da ACM* caracteriza a distribuição predominantemente dividida das lideranças da associação quanto à sua origem geográfica luso-brasileira (Gráfico 1), o que reforça a hipótese de uma origem mercantil em seus quadros:

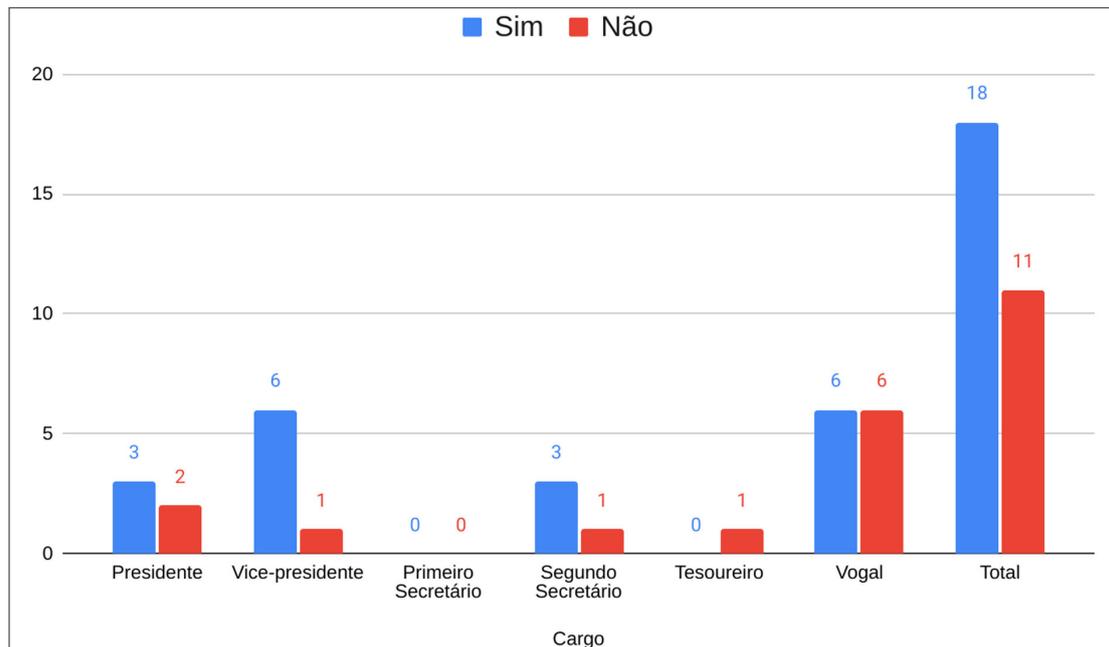
Gráfico 1 – ACM, diretorias, origens geográficas (1878-1940)



Fonte: *Revista da Associação Comercial do Maranhão* (1920-1940) (Neves, 2010).

Obs.: 56 amostras.

Quanto a escolaridade e formação acadêmico-profissional, um aspecto interessante lança luz sobre a dinâmica do funcionamento político-administrativo da Associação (Gráfico 2). Observa-se uma valorização significativa da formação educacional nos quadros diretivos, evidenciando a busca por qualificação e competência na gestão da ACM. No entanto, a concentração de indivíduos com maior formação educacional no cargo de vice-presidente pode ser explicada pela natureza gestional e administrativa intrínseca a essas funções. Enquanto o vice-presidente é responsável por operações mais técnicas e cotidianas da administração, exigindo, portanto, maior expertise acadêmica e profissional, o presidente assume uma função predominantemente representativa e institucional. Essa divisão de responsabilidades reflete uma estratégia organizacional em que as habilidades administrativas são valorizadas e alocadas conforme a necessidade operacional da associação, enquanto o papel do presidente se concentra em fortalecer a imagem e o prestígio da ACM no cenário externo.

Gráfico 2 – ACM, escolaridade¹⁴ das diretorias, cargos (1878-1940)

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Maranhão* (1920-1940) (Neves, 2010).

Obs.: 29 amostras coletadas.

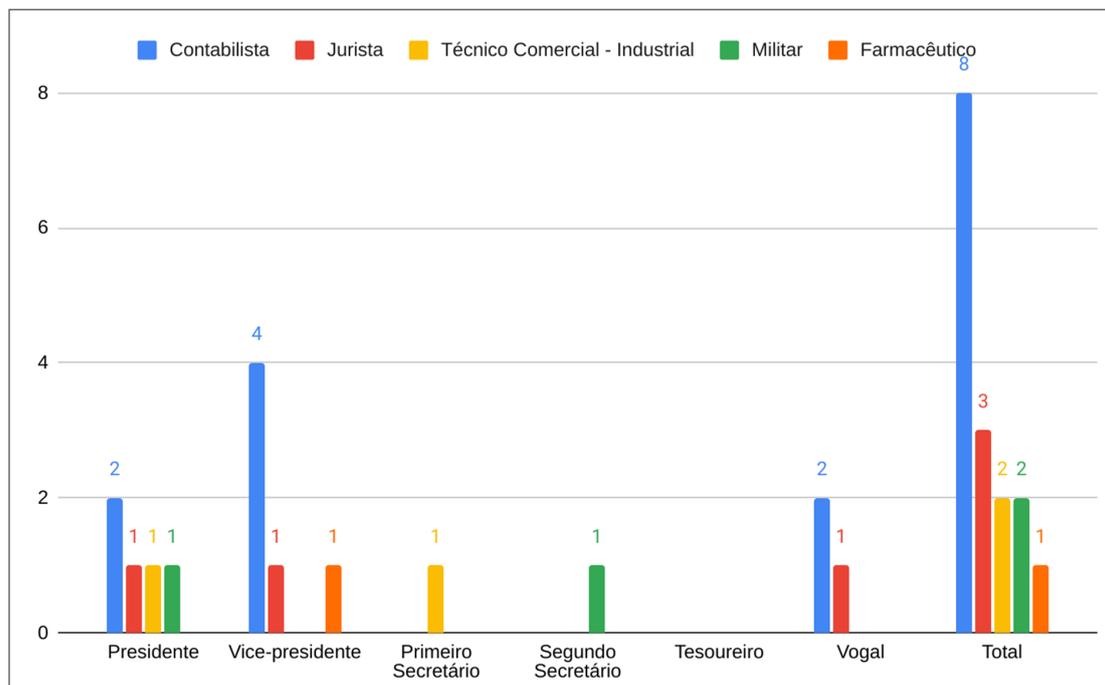
Ao se abordar a formação profissional das diretorias da ACM, há um apontamento que vale para a baixa amostragem coletada. Uma vez declarada nas revistas, a informação manifesta sua intenção, buscando qualificar a instituição a partir de seus quadros, e vice-versa. Os dados presentes no Gráfico 3 mostram uma concentração na carreira de contabilista, o que não surpreende em uma associação de negociantes. É importante a ressalva de que a não observação de formação em uma determinada carreira não significa necessariamente que esta não exista, e sim apenas de que esta não foi encontrada no *corpus* documental.

Além disso, a análise das formações profissionais das diretorias da ACM deve levar em conta o contexto histórico e socioeconômico da época em questão. A prevalência de contadores pode refletir a necessidade de um gerenciamento financeiro rigoroso e eficiente, típico de uma associação de comerciantes que lidava com operações financeiras complexas. Também é plausível que a visibilidade de determinadas profissões nas revistas estivesse alinhada com os objetivos de prestigiar a instituição e seus membros, destacando as formações que eram mais valorizadas no mercado e que

¹⁴ Considera-se a escolaridade para além da chamada formação básica ou fundamental.

conferiam uma imagem de competência e seriedade à ACM. A ausência de menção a outras carreiras não invalida a diversidade profissional que pode ter existido, mas aponta para um possível viés documental ou uma estratégia comunicacional específica adotada pela associação na divulgação de seus quadros.

Gráfico 3 – ACM, formação profissional, cargos (1878-1940)

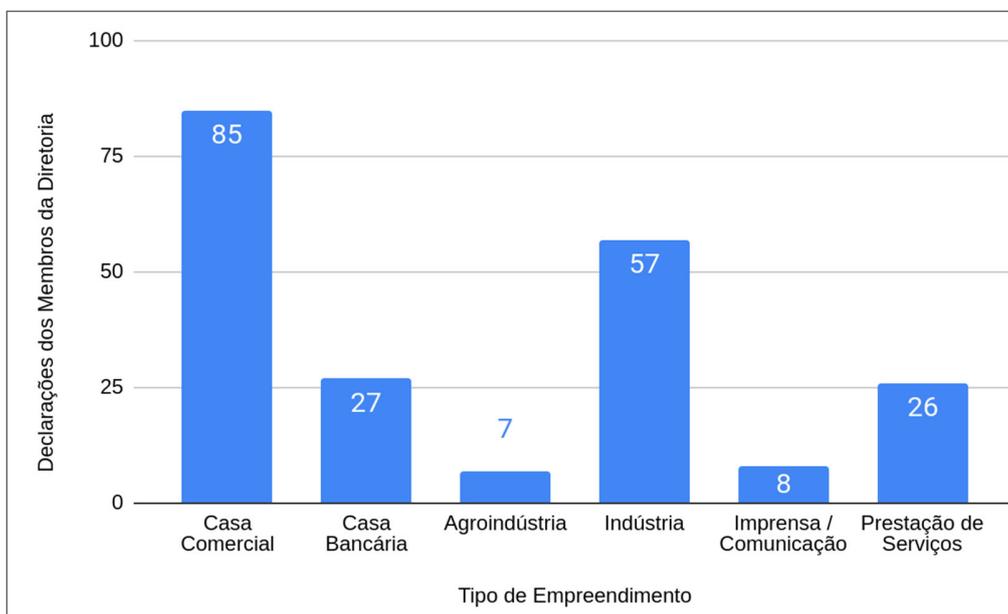


Fonte: *Revista da Associação Comercial do Maranhão* (1920-1940) (Neves, 2010).

Obs.: 16 amostras coletadas.

Quanto aos ramos de atividades dos membros da diretoria, há uma questão interessante (Gráfico 4). Primeiramente, deve-se fazer a ressalva da possibilidade efetiva de que um membro da diretoria exerça mais de uma atividade, o que explica o total de 210 informações. Há uma concentração mais do que esperada dos diretores nas casas comerciais, seguida pela atividade industrial, que respondem juntas por pouco mais de $\frac{2}{3}$ da amostra. Daí se tem o foco representativo da Associação nos comerciantes e nos industriais, e mesmo o grau de estreitamento de seus interesses e relações.

Gráfico 4 – ACM, ramos de atividade dos membros da diretoria (1878-1940)



Fonte: *Revista da Associação Comercial do Maranhão (1920-1940)* (Neves, 2010).

Muitos dos membros da diretoria da ACM ocuparam postos de chefia na administração pública, o que também não surpreende. A tabela 6 mostra uma participação orientada para o poder Legislativo, no tocante aos cargos eletivos, o que sugere a força representativa da Associação, feita a ressalva de esta constituir causa ou consequência. O fato é que um número significativo de diretores da ACM ocupou cargos sufragados na administração pública. Quanto aos cargos não eletivos, há um viés declarado para a representação diplomática, o que, em um primeiro momento, caracteriza interesse da própria organização em estabelecer boas relações comerciais externas. Mesmo com o baixo número observado de secretarias de Estado, é provável que entre as 132 informações sem maiores detalhes contenham, em maior detalhe, subsídios quanto à participação de diretores e membros da ACM no planejamento, na gestão e na administração públicas.

Tabela 6 – ACM, diretoria: vinculação com a administração pública (1878-1940)

Cargos eletivos	Diretores
Legislativo imperial ou federativo	3
Executivo provincial ou estadual	3
Legislativo provincial ou estadual	7
Chefia de Executivo municipal	1
Cargos não eletivos	
Representante diplomático	6
Secretarias de Estado	3
Sem informação	132

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Maranhão* (1925-1940) (Neves, 2010).

No tocante à duração dos cargos da diretoria da ACM (Tabela 7), é importante apontar uma relativa rotatividade nas funções, a qual não se refletia diretamente nos nomes.

Tabela 7 – ACM, diretoria: tempo de mandato, cargo e quantidade de diretores (1878-1940)

Anos	1 a 3	4 a 6	7 a 9	10 ou mais
Presidente	13	3		2
Vice-presidente	19	4	2	
Primeiro Secretário	21	3	2	
Segundo Secretário	23		2	1
Tesoureiro	18	4		2
Vogal	79	13	1	1

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Maranhão* (1925-1940) (Neves, 2010).

Desde a sua fundação, em 1878, a ACM parece demonstrar uma tendência a estabilidade e continuidade em seus cargos diretivos. Observa-se que, após a permanência de dois presidentes por dez anos ou mais, há uma exigência crescente de tempo e experiência nas funções de vice-presidente e primeiro secretário. Esse fenômeno pode ser interpretado

como uma valorização do conhecimento institucional e da expertise adquirida ao longo do tempo, garantindo uma gestão mais eficiente e integrada.

Ademais, é notável a presença perene de dois tesoureiros que exerceram seus mandatos por mais de dez anos, o que sublinha a importância de uma administração financeira consistente e confiável. Essa continuidade contribui para a estabilidade econômica da associação e reflete uma confiança substancial nos indivíduos que ocupam esses cargos críticos.

Também não passa despercebida a incidência de dois vogais com mais de sete anos de atuação. A longevidade nesses postos sugere um comprometimento duradouro e uma experiência acumulada que beneficiam a ACM em termos de governança e tomada de decisões. Esses dados indicam uma estrutura diretiva que valoriza a experiência e a continuidade, fatores essenciais para a perpetuação dos valores e objetivos da associação.

3. Algumas considerações

A análise das fases de implementação, expansão e crise da indústria têxtil maranhense revela uma trajetória complexa, marcada por períodos de crescimento e desafios significativos, ligados aos chamados “choques externos”, mas também a características intestinas à estrutura da economia maranhense. A gestão familiar das fábricas, em seus óbices e suas externalidades positivas, foi crucial para a continuidade das operações e a transmissão de conhecimentos ao longo das gerações, consolidando os fazeres que estruturariam o desenvolvimento da indústria têxtil maranhense no período.

É inegável o impacto da ACM na industrialização do Maranhão, um estado historicamente dependente da monocultura do algodão. A organização e o esforço conjunto dos líderes empresariais não só impulsionaram a diversificação econômica necessária, mas também promoveram a modernização das técnicas agrícolas e industriais. A prosopografia dos diretores da ACM revela um grupo de líderes diversificados entre o comércio, a indústria, e mesmo a produção primária com alguns serviços, mas com um interesse aparentemente genuíno (*prima facie*) pela modernização e desenvolvimento econômico do Estado. Suas trajetórias profis-

sionais e formação acadêmica evidenciam preparação para enfrentar os desafios econômicos da época, o que reflete uma estratégia de classe. Além disso, a capacidade desses líderes de mobilizar recursos e formar redes de influência foi determinante na articulação e implementação de políticas econômicas correlatas a esses interesses. Sua eficácia é objeto de estudos consequentes a este.

Outro aspecto importante a destacar é a interação entre os líderes empresariais da ACM e o governo. A maioria dos líderes vinha de famílias envolvidas no comércio, indústria e finanças, refletindo uma indistinção entre esses setores que caracterizava a elite empresarial maranhense da época. Além disso, a análise das formações educacionais mostra uma ênfase significativa na qualificação e expertise, com muitos diretores possuindo educação formal elevada, o que reforça a importância da formação acadêmica na gestão eficiente da associação.

A participação dos membros da ACM na administração pública, especialmente em cargos legislativos e representações diplomáticas, destaca a interseção entre poder econômico e político. Isso sugere que a ACM não apenas influenciava a economia local, mas também exercia considerável poder político, moldando políticas públicas que favoreciam o desenvolvimento industrial. A recorrência de membros em posições estratégicas na administração pública reflete certa identidade entre os interesses da ACM e as ações governamentais, facilitando a implementação de políticas econômicas que beneficiassem a industrialização do Maranhão.

A análise da duração dos mandatos e da estrutura de cargos dentro da ACM evidencia uma tendência a estabilidade e continuidade na liderança da associação. A presença prolongada de certos indivíduos em cargos-chave, como a presidência e tesouraria, aponta para uma gestão baseada na confiança e na experiência acumulada.

Por fim, é necessário afirmar que o exame dessas dimensões da economia maranhense nos entremeios dos séculos XIX e XX mostra grande potencial nesta primeira incursão. Ao adotar uma abordagem que enfatiza as características coletivas dos empresários membros da Associação Comercial do Maranhão (ACM), este estudo buscou identificar traços de padrões e tendências comuns. Essa escolha metodológica pode limitar uma análise mais refinada das interações individuais entre os líderes da ACM e o governo. Para aprofundar a compreensão das redes de influência

e das relações institucionais no período, sugerimos que pesquisas futuras identifiquem e analisem de maneira mais desagregada a massa de dados, permitindo ilações mais específicas das dinâmicas políticas e econômicas da época. O volume de informações disponíveis à pesquisa é mais do que farto e demanda um olhar mais detalhado nos próximos anos, a se conferir.

Referências

BARBOSA, F. *Economia do Maranhão e de São Paulo: semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento*. [s.l.]: IPADES, 2012. Disponível em: <<https://www.ipades.com.br/publicacoes/ECONOMIA-DO-MARANHAO-E-DE-SAO-PAULO-SEMELHANCA-NA-ORIGEM-DESCONTINUIDADE-NO-DESENVOLVIMENTO.pdf>>.

BARBOSA, W. *Balanço da economia brasileira, 1940-1980*. São Paulo: LCTE, 2006.

BONTEMPI JÚNIOR, B. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. *Educação e Filosofia*, v. 33, n. 67, p. 1-22, 2019.

CALDEIRA, J. *Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense – 1875/1895*. São Paulo: USP, 1989 (Tese de Doutorado em Sociologia da USP).

CARREIRO, P. *Mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão, 1870-1945*. São Luís: UFMA, 2023 (Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas da UFMA).

DOURADO, J. R.; BOCLIN, R. G. *A indústria do Maranhão: um novo ciclo*. Brasília: IEL, 2008. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/07/06/120/20121101181107766750e.pdf>. Acesso em: 16 março 2024.

FARIA, R. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EDUFMA, 2012

FURET, François; REVEL, Jacques (Org.). *História social e quantificação*. São Paulo: Edusp, 1988.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBBSBAWM, E. *A Era do capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas Históricas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

MELO, M. C. P. de. *O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)*. Recife: SIOGE, 1990.

NEVES, D. G. *ACM: percursos e atuação política da liderança empresarial, 1880/1940*. São Luís: UFMA, 2010 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFMA).

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SALOMÃO, I. C. As origens do pensamento industrial brasileiro no século XIX: uma análise através das associações de classe. *Leituras de Economia Política*, v. 24, p. 79-98, 2016.

SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles*. New York: Harvard University Press, 1933.

SILVA, Ivanilson Bezerra da; CARMO, Jefferson Carriello do. O uso do método prosopográfico em história da educação a partir da revista “A Maçonaria no Estado de São Paulo” (1912-1932). *Acta Scientiarum. Education*, v. 44, e54451, 2022.

SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil : 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005.

SOUZA, L. *Formação econômica do Brasil – Tópicos especiais*. São Paulo: LCTE, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 46-79, 1971.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Campinas: Hucitec, 2000.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 37-63, 1 abr. 1975.

VIVEIROS, J. de. *História do comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial, 1954a. v. 1.

VIVEIROS, J. de. *História do comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial, 1954b. v. 2.

VIVEIROS, J. de. *História do comércio do Maranhão, 1612-1934*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1963. v. 3.

Arquivos

Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA)

Associação Comercial do Maranhão (ACM)

Arquivo do Estado do Maranhão

Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)